



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

80

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO- AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 0324554-1**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA

**RELATOR:** DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRADO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. INTERNAMENTO DOMICIAR. REGIME DE *HOME CARE*. LAUDO MÉDICO. AGRADO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. PREJUDICADO O AGRADO REGIMENTAL**

1- Trata-se de Agrado de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco em face de decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária nº0099726-42.2013.8.17.0001, que deferiu o pedido antecipação dos efeitos da tutela consistente no fornecimento, pelo ora agravante, de tratamento no regime de *home care* para Luiz Henrique Santos da Silva.

2- Entende o agravante que existe vedação legal à antecipação de tutela requestada pela agravada, em virtude do prescrito no art. 1º, §3º da Lei nº 8.437/92. Afirma que o estado clínico do agravado tem perfil de alta complexidade, necessitando de aspiração e ventilação mecânica, por ser traqueostomizado, com sequelas neurológicas, estado este que se enquadra nos critérios de exclusão previstos no inciso I e II do art. 9º da Portaria GM/MS 2.529/2006, vez que a complexidade do modelo proposto e oferecido pela Portaria GM/MS 2.529/2006, vez que a complexidade do modelo proposto e oferecido pelo SUS não abraça tal situação.

3- Segundo entendimento jurisprudencial pátrio pacífico, inclusive do Colendo STJ, a vedação da antecipação de tutela, contida dispositivo legal mencionado pelo agravante, deve ser interpretada restritivamente, não cabendo sua aplicação em hipótese especialíssima, na qual reste caracterizado o estado de necessidade e a exigência de preservação da vida humana, sendo de se impor a antecipação da tutela, no caso, para garantir aos beneficiários o tratamento necessário à preservação da saúde. Desta forma, mesmo que o artigo 1º, §3º, da Lei 8.437/92 vede a concessão de liminar contra atos do poder público no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza preventiva, que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação, há que se considerar que, tratando-se, por exemplo, de aquisição de medicamento, tratamento, internamento domiciliar, impõe-se que tal direito seja assegurado.

4- No caso em tela, restou comprovado, ao menos nessa fase processual, que o tratamento pelo regime de *home care* é o mais adequado para o recorrido. Restou



81

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
***Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo***

evidenciada a necessidade de o agravado ser tratado pelo sistema de *home care*, em razão do quadro clínico apresentado que apresenta, confirmado pelo laudo médico.

5- Agravo de Instrumento não provido. Prejudicado o Agravo Regimental.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Agravo de Instrumento nº0324554-1, tendo como agravante **ESTADO DE PERNAMBUCO** e agravado **LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 29/5/2014, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, restando prejudicado o Agravo Regimental interposto, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29/05/14

**Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

76  
/

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO- AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 0324554-1**

**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO: LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA**

**RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco em face de decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária nº0099726-42.2013.8.17.0001, que deferiu o pedido antecipação dos efeitos da tutela consistente no fornecimento, pelo ora agravante, de tratamento no regime de *home care* para Luiz Henrique Santos da Silva.

Entende o agravante que existe vedação legal à antecipação de tutela requestada pela agravada, em virtude do prescrito no art. 1º, §3º da Lei nº 8.437/92.

Afirma o agravante que o estado clínico do agravado tem perfil de alta complexidade, necessitando de aspiração e ventilação mecânica, por ser traqueostomizado, com sequelas neurológicas, estado este que se enquadra nos critérios de exclusão previstos no inciso I e II do art. 9º da Portaria GM/MS 2.529/2006, vez que a complexidade do modelo proposto e oferecido pelo SUS não abraça tal situação (fls.08).

Requestou a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, diante da existência do *periculum in mora* inverso. Ao final, requer o provimento total do recurso, para que seja cassada a decisão antecipatória de tutela proferida pelo juízo de origem.

Às fls.57/59 proferi decisão interlocutória, negando o pedido de efeito suspensivo ao recurso.

Em face da decisão acima referida, o Estado de Pernambuco interpôs Agravo Regimental (fls.62/64), reiterando a argumentação já exposta acima.

É o Relatório.

À Pauta.

Recife, 16/05/2014.

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
Relator



82 dup

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO- AGRADO DE INSTRUMENTO N.º 0324554-1**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA

**RELATOR:** DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**VOTO**

O Estado de Pernambuco insurge-se contra decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº0099726-42.2013.8.17.0001, por meio da qual foi deferido pedido antecipação dos efeitos da tutela consistente no fornecimento, pelo ora agravante, de tratamento no regime de *home care* ao agravado,

Segundo entendimento jurisprudencial pátrio pacífico, inclusive do Colendo STJ, a vedação da antecipação de tutela, contida dispositivo legal mencionado pelo agravante, deve ser interpretada restritivamente, não cabendo sua aplicação em hipótese especialíssima, na qual reste caracterizado o estado de necessidade e a exigência de preservação da vida humana, sendo de se impor a antecipação da tutela, no caso, para garantir aos beneficiários o tratamento necessário à preservação da saúde.

Desta forma, mesmo que o artigo 1º, §3º, da Lei 8.437/92 vede a concessão de liminar contra atos do poder público no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza preventiva, que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação, há que se considerar que, tratando-se, por exemplo, de aquisição de medicamento, tratamento, internamento domiciliar, impõe-se que tal direito seja assegurado.

Nesse sentido, colaciono o seguinte aresto do STJ, vejamos:

**PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE - SISTEMÁTICA DE ATENDIMENTO (LEI 8.080/90).**

1. A jurisprudência do STJ caminha no sentido de admitir, em casos excepcionais como, por exemplo, na defesa dos direitos fundamentais, dentro do critério da razoabilidade, a outorga de tutela antecipada contra o Poder Público, afastando a incidência do óbice constante no art. 1º da Lei 9.494/97.
2. Paciente tetraplégico, com possibilidade de bem sucedido tratamento em hospitais da rede do SUS, fora do seu domicílio, tem direito à realização por conta do Estado.
3. A CF, no art. 196, e a Lei 8.080/90 estabelecem um sistema integrado entre todas as pessoas jurídicas de Direito Público Interno, União, Estados e Municípios, responsabilizando-os em solidariedade pelos serviços de saúde, o chamado SUS. A divisão de atribuições não pode ser argüida em desfavor do cidadão, pois só tem validade internamente entre eles.
4. Recurso especial improvido.



82 digo  
83

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

(REsp 661821 / RS, Rel. Min. Eliana Calmon, T2, DJ 12/05/2005).

Pois bem, adentrando no mérito do recurso, destaco que a Lei 8.080/90, a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, no art. 19-I, incluído pela Lei 10.424/02, trata do atendimento e da internação domiciliar, nos seguintes termos:

**Art. 19-I. São estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento domiciliar e a internação domiciliar. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)**

**§ 1º Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)**

**§ 2º O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)**

**§ 3º O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)**

No caso em tela, restou comprovado, ao menos nessa fase processual, que o tratamento pelo regime de *home care* é o mais adequado para o recorrido.

Cumpra transcrever trecho do laudo médico presente às fls.33, o qual trata da necessidade de o agravado receber o tratamento pelo sistema referido:

*"Paciente admitido neste serviço, para suporte clínico no dia 03.03.2013, tendo sido encaminhado do Hospital da Restauração (HR) com infecção do trato respiratório e úlceras de decúbito, tendo como doença de base TCE grave com importante seqüela neurológica, em pós-operatório de craniectomia descompressiva e ainda no hospital de origem evoluiu com infecção do Sistema Nervoso Central com necessidade de outros procedimentos cirúrgicos (derivação ventricular externa e drenagem de abscesso cerebral). No momento, apresenta-se com importante seqüela neurológica: vigil, afásico, traqueostomizado, quadriparético e restrito ao leito; necessita de assistência domiciliar em sistema de Home Care, para reabilitação em caráter permanente, com fisioterapia respiratória e motora, fonoterapia, dieta enteral sob orientação de profissional da nutrição, além de cuidados de enfermagem em período integral, devido ao uso de traqueostomia e úlceras de decúbito. Reavaliações médicas esporádicas poderão ser necessárias conforme a evolução clínica, incluindo apoio logístico para realização de exames complementares".*

Pois bem, é fácil vislumbrar a necessidade de o agravado ser tratado pelo sistema de *home care*, em razão do quadro clínico apresentado que apresenta, confirmado pelo laudo médico.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

83 digo  
84

O agravante ressalta que o indeferimento administrativo (fls.24/25) se deu em razão da ausência de preenchimento dos critérios para sua concessão. Ocorre que, diante da necessidade de atendimento domiciliar em razão do quadro clínico apresentado pela parte agravada, confirmado pelo laudo médico, impõe-se a prestação do referido serviço de *home care* em favor do direito fundamental à saúde.

Verifica-se, portanto, que restam configurados os pressupostos autorizadores da concessão da tutela antecipada mencionados no art. 273 do CPC vigente. A prova inequívoca está demonstrada, sobretudo, através do documento de fls.33. Por sua vez, o risco de dano irreparável resta caracterizado tendo em vista que, sem estar recebendo o tratamento médico adequado, conforme preconizado pelos médicos, com o fito de tentar restabelecer sua saúde ou pelo menos não agravá-la mais, o agravado corre o risco de colecionar ainda mais seqüelas, quando poderia estar recebendo tratamento em sua residência, longe do ambiente hospitalar.

Impõe-se, diante dos fatos acima descritos, a manutenção da decisão proferida pelo juízo *a quo*, para a prestação do referido serviço de *home care*, em favor do direito fundamental à saúde.

Em decorrência do exposto, que adoto como razões para decidir, **VOTO** pelo **NÃO PROVIMENTO** deste Agravo de Instrumento, restando prejudicado o Agravo Regimental interposto.

É como voto.

Recife, 29/05/14

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
Relator